



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI
GRADUAÇÃO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JANAÍNA CELIS FERREIRA

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: DOS LIMITES ÀS POSSIBILIDADES.**

DIAMANTINA – MG

2024

JANAÍNA CELIS FERREIRA

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: DOS LIMITES ÀS POSSIBILIDADES.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do Diploma
de Graduação em Licenciatura em
Pedagogia, à Universidade Federal dos
Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
Área de Concentração: Educação
Orientador: Prof. Me. Renan Nunes Aguiar

DIAMANTINA – MG

2024

JANAÍNA CELIS FERREIRA

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: DOS LIMITES ÀS POSSIBILIDADES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Me. Renan Nunes Aguiar (Orientador)

Profa. Me. Carolina Milhim Barcellos (componente da banca examinadora)

Prof. Bruno Henrique Barbosa de Souza (componente da banca examinadora)

Diamantina – MG, janeiro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo a Deus, que sempre me guia e me deu forças para superar todos os obstáculos para que chegasse até aqui.

À minha família, agradecimento especial aos meus filhos que estiveram sempre do meu lado e aos meus pais (in memoria) que mesmo ausentes foram meus maiores incentivadores e ofereço esta conquista especialmente a eles que é minha fonte de inspiração e a razão de eu estar procurando sempre ser alguém melhor. Sem o apoio deles eu não conseguiria.

As minhas colegas de faculdade por todo companheirismo.

Aos professores por todos os ensinamentos, pela motivação e por acreditarem que eu conseguiria.

A todas as pessoas que contribuíram para a realização deste sonho, muito obrigada!

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DOS LIMITES ÀS POSSIBILIDADES.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo desencadear uma reflexão sobre a educação inclusiva na educação infantil, considerando a educação inclusiva como um modelo educacional referendado por políticas públicas, no entanto ainda distante da realidade escolar. A reflexão é no sentido de pensar nas mudanças necessárias desde a educação infantil, por ser esta a primeira etapa da educação básica e período crítico no processo de desenvolvimento e aprendizagem de crianças com deficiência. A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc., voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de estudantes com deficiências, estudantes esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais. O texto aborda, entre outros aspectos, a necessidade de se repensar a prática pedagógica como elemento fundamental de inclusão escolar na educação infantil. A prática pedagógica inclusiva deverá se constituir pela junção do conhecimento adquirido pelo professor ao longo de sua trajetória e da disponibilidade em buscar novas formas de fazer considerando a diversidade dos estudantes e as suas características individuais.

Palavras-Chave: Educação Especial. Educação Infantil. Educação Inclusiva.

SÚMARIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	09
3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	12
4. A ESCOLA INCLUSIVA	16
5. AS PRÁTICAS DOCENTES E A PROPOSTA CURRICULAR.....	20
6. METODOLOGIA	24
7. RESULTADOS	25
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
9. REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

No Brasil, a atenção à educação especial tem sido tradicionalmente caracterizada pelo financiamento estatal de iniciativas de organizações da sociedade civil, que não apenas estruturaram espaços para atender estudantes com necessidades educacionais especiais, mas também desempenharam um papel central no desenvolvimento de políticas educacionais voltadas para esse público. A criação de organizações privadas sem fins lucrativos como a associação Pestalozzi e a Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE) sinalizam movimentos nessa direção. Como a educação pública é menos inclusiva, essas instituições priorizam cursos que exigem abordagens educacionais especiais e retêm cursos com desafios mais específicos nas escolas públicas (NEVES et al., 2019).

No entanto, a educação pública evoluiu para proporcionar uma educação adequada para todos, com proclamações emergentes como a declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e Práticas no campo da educação Especial (1994) que identificou a necessidade de um compromisso ético e político por parte dos governos para garantir a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças individuais no processo educativo (NEVES et al., 2019).

Conseqüentemente, a inclusão de estudantes com necessidades especiais no sistema regular de ensino tem sido a mais debatida no Brasil nos últimos anos. É uma proposta de intervenção apoiada e promovida pela legislação vigente e representa um fator crítico na política pública de educação nos níveis local, estadual e federal. Contudo, isto não pode obscurecer o fato de que a inclusão é mais um desejo do que uma realidade. Ademais, a harmonização entre igualdade de direitos e respeito à individualidade é um dos principais becos sem saída da atualidade (YOSHIDA, 2018).

A diferença entre educação especial e educação inclusiva é que na educação especial, todos os estudantes possuem algum tipo determinado tipo de deficiência. Na educação inclusiva, todos os estudantes com e sem deficiência têm a oportunidade de conviver, interagir e aprender juntos. Isto é o que Mantoan (2006) chama de cidadania global, sem preconceitos, admitindo e valorizando as diferenças. A ideia de inclusão vai além de apenas garantir o ingresso do estudante

em uma escola. O objetivo é remover barreiras que limitam a aprendizagem e a participação dos estudantes no processo educacional.

O objetivo deste trabalho é, portanto, refletir sobre a educação especial e inclusiva na educação infantil, como forma de tornar visível esse tema que ainda precisa de muito debate no mundo acadêmico para que sua inclusão se torne uma realidade. Para tanto, será realizada uma investigação bibliográfica, reunindo os pontos de vista de diferentes autores da área para debater o tema.

2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A educação deve questionar alguns paradigmas para compreender a integração das pessoas com necessidades educacionais especiais na comunidade escolar. É, portanto compreensível que:

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente de maneira incondicional, nas classes do ensino regular, estudantes ditos normais com estudantes deficientes ou não, que apresentam necessidades educativas especiais. A inclusão beneficia a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver (BRASIL, 1999, p. 38).

Tendo isto em mente, as necessidades educacionais especiais (NEE) tornam-se um termo geral que se refere não apenas aos estudantes com carências profundos, mas também a todos aqueles que ao longo da vida possam necessitar de apoio.

Neste contexto, é necessário considerar a pessoa com necessidades educacionais especiais como mais um estudante que exige respostas diferentes da escola e não estabelecer as dificuldades destes estudantes como algo definitivo, pois estas podem mudar dependendo das condições e oportunidades eles têm para ser oferecido.

Consolidar a inclusão exige a superação de vários desafios, como: estabelecer novas formas educacionais, formar professores para saber lidar com os diversos problemas, os estudantes e a própria criança com deficiências devem participar ativamente do seu processo de inclusão. Contudo, ao cuidar de crianças que necessitam de cuidados especiais no âmbito do ensino regular é necessário criar uma rede de apoio para interagir (todos os atores) ou especialistas como psicólogos, neurocientistas, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, dentistas, entre outros.

O princípio básico da educação inclusiva é que toda criança tem o direito de pertencer à mesma escola, estudar junta e participar das atividades, apesar de suas dificuldades e diferenças (PAU-PERNAMBUCO, 2007). De acordo com a lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional, lei nº 9.394/96 (PAU-DE-TINTA, 1996), as escolas que possuem a modalidade inclusiva têm a obrigação de reconhecer as diferentes necessidades de seus estudantes e atendê-las, responder e ser capaz de se adaptar em diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, garantindo que todos possam atingir um nível de aprendizagem de qualidade,

através de projetos educativos, programas de ensino diversificados e fases de avaliação adequadas. Na aplicação desta lei, entende-se por pedagogia especial a modalidade de ensino escolar que é oferecida na rede regular de ensino aos estudantes com necessidades educacionais especiais (BRAZÍLIA, 1996).

As ideias e conceitos por trás da filosofia da educação inclusiva baseiam-se na declaração Universal dos direitos humanos. Segundo o Ministério da educação e Civilização a diversidade é uma condição para alcançar a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos. Os fundamentos filosóficos da educação inclusiva garantem que as pessoas respeitem as limitações de cada indivíduo e os tratem com igualdade (UMBRAL EDUCAÇÃO, 2019).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no art. 4º do Título III, assim se expressa:

“O dever do Estado com educação escolar pública deverá ser efetivado mediante a garantia de: I. ensino fundamental obrigatório e gratuito(...); II. progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III. atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1998)”.

A mesma Lei ainda reconhece a importância de professores preparados para a nova prática ao estabelecer, em seu artigo 59, que:

“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

...

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;”

Segundo o artigo 58 da LDB: a educação especial consiste, na medida do possível, na educação escolar oferecida na rede regular de ensino, aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e estudantes altamente superdotados” (PAU-PERNAMBUCO, 2014, p. 33).

Esse artigo da LDB também deixa claro que, se necessário, é oferecido apoio especial nas escolas regulares para atender às necessidades especiais da clientela de educação especial, caso os estudantes não possam ser integrados nas classes regulares. Aos estudantes que iniciavam a educação infantil devem ser oferecidos serviços de educação especial na própria rede pública.

Nesse contexto, a assistência educacional e os serviços educacionais, mesmo especializados – quando necessários – não devem restringir ou prejudicar o trabalho que os estudantes com deficiência compartilham em sala de aula com os demais colegas. Respeitar a atenção à diversidade e manter a ação pedagógica “normal” parece ser um desafio presente na integração de estudantes com maiores ou menores dificuldades de aprendizagem.

A oferta de uma educação inclusiva proporciona uma educação que aceita, respeita e é tolerante com as diferenças, acreditando que a aprendizagem é possível apesar das dificuldades que possam emergir durante este processo, não permitindo limitações físicas, emocionais, sociais, linguísticas, ritmos de aprendizagem, entre muitas outros, dificultam o processo de aprendizagem. Assim, a escola inclusiva torna-se um apelo contínuo à reflexão sobre a questão pedagógica, às intervenções que se desenvolvem no interior da escola demandando uma revisão dos conceitos e perspectivas de ensino, de aprendizagem e mesmo de avaliação, onde geralmente emergem mecanismos de exclusão (PICCOLI, 2010).

A educação inclusiva pressupõe uma escola inclusiva, uma escola que encontre os meios para acolher todas as crianças e jovens da sua comunidade, flexibilize e adapte os seus programas, sem os limitar a reduzi-los, reestruture as suas práticas organizacionais e operacionais, para responder à diversidade dos seus estudantes, dos mais vulneráveis aos mais superdotados, investindo na mudança de mentalidades e práticas, envolvendo, valorizando e corresponsabilizando todos os atores envolvidos no processo educativo (SANCHES, 2011).

Para Alonso (2013), as mudanças são essenciais, incluindo a reestruturação física através da remoção de barreiras arquitetônicas; introdução de recursos e tecnologias assistivas; oferta de especialistas em educação especial, ainda em número insuficiente. Além de compreender e incorporar esses serviços nas escolas tradicionais é necessário alternativas na organização planejamento e avaliação do ensino.

Alonso (2013) acrescenta que além da implementação de um programa inclusivo requer uma atitude positiva e acessibilidade do professor para que ele ou ela crie um ambiente amigável na sala de aula. A turma confirma ou questiona a eficácia da educação inclusiva, mas isso não significa que a responsabilidade seja exclusiva do professor. O professor deve contar com uma rede de apoio dentro da

escola (diretor, supervisor, coordenador, entre outros) e fora (pais, familiares), para facilitar o processo inclusivo.

3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Inúmeros estudos científicos demonstram a necessidade de erigir uma educação pré-escolar que atenda os estudantes com necessidades educacionais especiais, leve em consideração suas características e lhes ceda a oportunidade de atingir todo o seu potencial. De acordo com a política nacional de educação especial sob a ótica da educação inclusiva (BRASÍLIA, 2007), a inclusão escolar deve começar na educação infantil, pois é nesta fase que devem ser criados os alicerces necessários à construção do conhecimento e ao desenvolvimento global.

Consideramos a aprendizagem como um processo que envolve sempre relações entre indivíduos, onde a interação do sujeito com o mundo é mediada por outros sujeitos.

A inclusão é uma oportunidade de melhorar a educação em benefício de todos os estudantes com necessidades educacionais especiais, o que depende da disposição dos envolvidos em enfrentar as inovações e dificuldades decorrentes das necessidades dos estudantes. Isto não é comum no sistema educativo e entre os professores em geral. Para FREIRE:

Ensinar é marcar um encontro com o outro e inclusão escolar provoca, basicamente, uma mudança de atitude diante do outro, esse que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e/ou com o qual convivemos certo tempo de nossas vidas. Mas alguém que é essencial para nossa constituição como pessoa e como profissional e que nos mostra os nossos limites e nos faz ir além (FREIRE, 1999, p. 69).

Nessa perspectiva, a inclusão torna-se um movimento que visa transformar a sociedade. A inclusão como resultado de uma educação de qualidade para todos os estudantes clama e exige um novo posicionamento para as escolas brasileiras. Esta é outra razão pela qual a educação precisa de ser modernizada e os professores precisam melhorar as suas práticas, com uma inovação que envolve um esforço para revitalizar e reestruturar o estado atual das nossas escolas mais básicas.

A razão que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade do ensino nas escolas públicas e privadas, para que possam satisfazer as necessidades de cada um dos seus

estudantes especificidades, sem tombar no quadro da educação especial e das suas formas de exclusão. Assim, na declaração de Salamanca o conceito de inclusão foi apresentado como um repto para a educação determinando que:

Para promover uma Educação Inclusiva, o sistema educacional deve assumir que as “diferenças” humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem (BRASIL, 1994, p. 4).

Lidar com a inclusão na educação pré-escolar é muito importante para que a criança se habitue ao ambiente escolar e consiga dar continuidade aos estudos no ensino Fundamental sem grandes desafios. A instituição de ensino deve se comprometer a proporcionar atividades cotidianas nas quais os estudantes da educação infantil possam cultivar o respeito a cidadania o cuidado consigo e com os outros, a aceitação, a camaradagem e muitos outros valores necessários à formação de cidadãos justos, éticos e respeitosos diversidade que tanto contribuem para o nosso desenvolvimento (BIE, 2019).

É na infância que o caráter se constrói, e as experiências infantis têm importância determinante e edificante para o psiquismo. A educação infantil revela-se, assim, um espaço e um momento que merece destaque pela sua importância para os intentos da educação global (SEKKEL; ARBUSTO, 2014).

O conceito-chave da inclusão na educação infantil é a integração, por isso nada melhor do que envolver as famílias em atividades que aliam aprendizagem e diversão. Através de gincanas, brincadeiras simbólicas, brincadeiras lúdicas, a comunidade se aproxima, as crianças trespagam a cooperar entre si e as crianças com necessidades especiais se sentem parte do todo, o que é essencial para a estimulação dentro e fora do ambiente escolar.

Em 2001, o Ministério da educação e Civilização desenvolveu o programa Nacional de Educação Infantil, Estratégia Educacional e Diretrizes para crianças com necessidades educacionais Especiais. Esse documento provê informações sobre a importância da educação infantil e a necessidade de as escolas responderem à diversidade. A referência (IBE, 2019) também destaca que a participação requer:

Tornar acessíveis recursos humanos capacitados em educação especial/ educação infantil para suporte ao docente; possibilitar capacitação e

educação continuada por meio de oferta de cursos ou estágios em instituições voltadas para a inclusão; verificar o levantamento dos serviços e recursos comunitários, como maternidades, postos de saúde, hospitais, escolas e unidades de atendimento às crianças com deficiência; garantir a participação dos professores, da direção, dos pais e das instituições especializadas no desenvolvimento do projeto pedagógico que vise a inclusão; promover encontros de professores e outros profissionais com o objetivo de gerar reflexão, análise e solução para possíveis dificuldades no procedimento de inclusão; solicitar suporte técnico ao órgão responsável pela Educação Especial do estado, Distrito Federal ou no município; adaptar o espaço físico interno e externo de acordo com as normas de acessibilidade para atender as crianças com deficiência (INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, 2019).

A educação inclusiva também é regulamentada pelo plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Esse documento define a nova função da educação especial como um tipo de educação que abrange todos os setores da educação escolar e atua nos serviços de educação profissional (EFP), tornando acessíveis os serviços e recursos próprios do AEE e instruindo professores e estudantes a utilizá-los para fazer. Nas salas de aula do ensino regular (IBE, 2019).

Existem muitos desafios para proporcionar uma educação inclusiva de qualidade para todos. Inicialmente, é necessário edificar e implementar no ambiente escolar uma pedagogia que possa ser comum e válida para todos os estudantes das turmas escolares, capaz de atender estudantes cujas situações pessoais de aprendizagem exigem uma pedagogia diferenciada. E tudo isso sem limites, preconceitos e atitudes que crie estigmatizações indesejadas. Conseqüentemente, discutir esse tema é essencial para fortalecer práticas docentes que promovam a inclusão.

A inclusão educacional constitui, portanto, uma proposta que representa importantes valores simbólicos, consistentes com a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, num ambiente educacional favorável. Destaca-se como uma perspectiva de pesquisa e experiência na realidade brasileira, reconhecida como ampla e diversificada. Ao consideramos a implementação de modelos de educação inclusiva no sistema educativo em todo o país (estados e municípios) imediatamente, algumas suposições também precisam ser consideradas. Várias questões podem emergir. Que tipo de professor está incluído no modelo de educação inclusiva? Os professores são especializados em trabalhar com todos os estudantes incluindo aqueles com deficiências?

A educação inclusiva visa reduzir as pressões que levam à exclusão e à desvalorização dos estudantes seja por invalidez capacidade intelectual, raça, gênero, classe social estrutura familiar, estilo de vida ou orientação sexual.

As escolas muitas vezes justificam esta forma de integração escolar dizendo que faltam professores preparados para trabalhar com o estudante o que demonstra uma forte resistência por parte dos professores a este processo de inclusão, o que pode ser compreensível devido aos recursos iniciais e/ou falta de treinamento contínuo para enfrentar esse repto ou mesmo porque não acreditam que esses estudantes especiais conseguirão acompanhar os colegas fazendo com que sejam mais marginalizados e discriminados nas classes regulares do que nas classes e escolas especiais. Segundo a MANTOAM, o processo de conquista da inclusão é individual e muito solitário.

Os professores esperam aprender uma prática inclusiva, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pré-definidos às suas salas de aulas, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas inclusivas (MANTOAM, 1997, p. 8).

Na opinião do autor é importante que o professor saiba respeitar os estudantes com necessidades especiais, buscando compreender suas dificuldades para compreender suas necessidades. Segundo NÓVOA (1992), a formação deve proporcionar:

Aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilita as dinâmicas de auto formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA, 1992, p. 25).

Um treinamento adequado ajudará o professor a interagir de forma adequada e participar do progresso de seus estudantes. Ele deve, além de conhecer as características de seus estudantes, ter grande interesse pelo ser humano.

O processo de ensino-aprendizagem de estudantes com ou sem deficiência ocorre num processo de respeito, diálogo e troca de experiências, pois se o educador for capaz de oferecer ao seu estudante uma aprendizagem saudável, estimulante e facilitadora, não haverá escassez. No ambiente escolar não haverá diferenças, mas haverá uma prática docente diferente. Segundo VIGOTSKY:

A aprendizagem da linguagem é a condição mais importante para o desenvolvimento mental, porque, naturalmente, o conteúdo da experiência histórico-social, não está consolidado somente nas coisas materiais; está generalizado e reflete-se de forma verbal na linguagem (VYGOTSKY, 1989, p. 114).

Em outras palavras, considerar a produção da linguagem significa estudar as pessoas com deficiência como sujeitos e na história sujeitos produtores de textos, autores de suas palavras. Nesse sentido, o conhecimento em pedagogia especial é dialógico, é acontecimento, é encontro.

Uma escola inclusiva deve permitir um trabalho coletivo e diversificado, que traga muitos benefícios ao desenvolvimento das crianças com deficiência e também das consideradas “normais”, porque permite aos estudantes conviver com os seus pares, partilhar responsabilidades e tarefas, e desenvolver atos de cooperação reconhecer as diferenças entre as pessoas e valorizar cada pessoa para construir objetivos de grupo.

As escolas inclusivas precisam superar os obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino. Suas ideias enfrentam dificuldades operacionais reais, como a falta de recursos humanos, pedagógicos e físicos, que não eram atendidos nem mesmo nos grandes centros de todo o Pau-Brasil. Supõe-se que estas condições, que deverão ser plenamente realizadas num futuro longínquo, podem ser realizadas hoje sob condições estritamente específicas de modelos ou programas experimentais.

4. A ESCOLA INCLUSIVA

De acordo com a análise de documentos sobre inclusão de Wilson (2000), do centro para o Estudo da educação Inclusiva, o entendimento do termo escola Inclusiva refere-se a uma escola centrada na comunidade livre de barreiras, arquitetônicas ou educacionais, que provê suporte, igualdade e cooperação.

O termo educação inclusiva tornou-se centro de um campo polêmico, utilizado com tal intensidade que foi integrado ao discurso de diversas áreas, desde a política, a saúde o lazer até o sistema bancário (RODRIGUES, 2006).

A inclusão educativa é muitas vezes tratada como uma utopia, a “ideologia da inclusão”, não precisa de se distanciar de algo que vai errando vagarosamente, mesmo que a passos curtos, ao nível dos programas políticos e das promessas

organizativas das escolas. A educação inclusiva é a tão falada “educação para todos” e é uma possibilidade concreta que pode ser adotada em qualquer escola regular (CORREIA, 2003).

O grande desafio para o sucesso de uma escola inclusiva é ser verdadeiramente capaz de educar efetivamente todas as crianças todas com um nível de qualidade, conseguindo incluir até mesmo aquelas que estão em séria desvantagem em relação às demais (PAU-ROSADO, 2005).

A escola comum torna-se inclusiva quando flexibiliza suas regras e comportamentos, capazes de satisfazer as necessidades dos sujeitos introduzidos nos contextos de aprendizagem. As propostas metodológicas no esboço da educação inclusiva prescrevem as possibilidades de aprendizagem e acesso ao conhecimento a partir das incompetências e aptidões inerentes a cada indivíduo, uma vez que todos introduziram um ritmo de aprendizagem diferenciado e isso deve ser considerado no contexto metodológico da escolarização de crianças e trabalho voltado para intervenções escolares, pois a construção de espaços acessíveis é entendida no respeito e nas possibilidades capazes de direcionar o ser humano para a produção reflexão e difusão do conhecimento e, nesse sentido, a escola é a representação simbólica de um processo social edificado em nível humanitário e social (SOUSA, 2017).

O respeito pela diversidade coloca no centro o direito de acesso à escola e visa melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem para todos sem restrições, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização. Nesta perspectiva, as escolas não celebram a desigualdade, mas procuram promover o respeito pelas diferenças. As diferenças podem e devem enriquecer, e não dificultar, as atividades educacionais. A diversidade que existe em uma comunidade escolar é composta por uma variedade de características. As necessidades educacionais podem ser identificadas numa variedade de situações que apresentam dificuldades de aprendizagem em resultado das circunstâncias pessoais, económicos e socioculturais dos estudantes:

- Crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas;
- Crianças com deficiência e bem-dotadas;
- Crianças trabalhadoras ou que vivem nas ruas;
- Crianças de populações distantes ou nômades;

- Crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais;
- Crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados.

Contudo, o verdadeiro mérito não reside no facto de estas escolas serem ou não capazes de proporcionar uma educação de boa qualidade a todos os estudantes, mas na própria criação destas escolas. Este é um passo crítico para modificar e suprimir atitudes e pensamentos discriminatórios que classificam as crianças como objetos de “bom ou mau funcionamento” e, em última análise, para criar um ambiente acolhedor e agradável em que a arte de ensinar a aprender seja agradável para ambas às partes da turma (RODRIGUES, 2006).

Toda proposta de integração exige formações, informações e muito estudo, para que o comportamento seja condizente com as necessidades pois o papel mais importante da escola de integração não é apenas acolher estudantes com necessidades educacionais especiais, mas sobretudo distinguir a forma como constrói conhecimento e se comunicam com práticas docentes quase sempre desenhadas em torno de modelos de pessoas que não têm limitações. As práticas e crenças devem ser adequadas para serem eficazes para a educação na perspectiva dos estudantes com limitações (SOUSA, 2017).

Os professores são os atores deste processo de integração e cabe inteiramente a eles procurar e utilizar estratégias que funcionem para os seus estudantes. É preciso ter consciência da necessidade de trabalhar de forma diferenciada, com um currículo adaptado que atenda a todos sem excluir ninguém, para garantir a qualidade dos serviços. Dessa forma, a inclusão ocorre gradativamente e a realidade desejada muda com a ajuda de todos (LOPES; OLIVEIRA, 2017).

Martins (2010) afirma:

“Assim como no ensino regular, para que os estudantes com deficiência possam ser incluídos e necessário que o professor saiba flexibilizar o currículo de acordo como potencial de aprendizagem de cada um deles. O objetivo principal é envolvê-los efetivamente na aprendizagem de cada um deles (2010, p. 94)”.

A mudança dos modelos educacionais exige que os professores sejam treinados em novos métodos. Para poder atender às necessidades de aprendizagem inclusiva. O conhecimento é estruturado à medida que as experiências se acumulam

e as práticas anteriores são transformadas. Conseqüentemente, a formação constante desempenha papel fundamental na prática profissional (YOSHIDA, 2018).

Na mesma perspectiva, Silva (2016) concorda que diante do desconhecido não devemos esquecer-nos da nossa responsabilidade de aprender e de acolher todos os estudantes. A melhor forma de sanar dúvidas e aplacar o pavor não é através da fuga através da acomodação ou simplesmente ignorando o estudante, mas sim buscando informação e capacitação sobre como a pedagogia pode ser aprimorada para ajudar aquele estudante com necessidades especiais.

Ensinar numa escola inclusiva significa dar oportunidades a todos, significa reorganizar os programas escolares e considerar os estudantes como capazes de aprender à sua maneira, ao seu ritmo. Ensinar na proposta de inclusão também significa disponibilizar ferramentas acessíveis, reportando-as como práticas de educação especial. A sua principal função na especialidade é responder às especificidades de cada indivíduo, dando-lhes a oportunidade de reformular e, ao mesmo tempo, desenvolver novas competências, além de permitir que o processo de aprendizagem seja alargado também a pessoas com necessidades educacionais especiais, correlacionando as contribuições funcionais das tecnologias para garantir o direito de todos aprenderem igualmente (SOUSA, 2017).

A acessibilidade física é um componente fundamental da inclusão educacional, pois sua essência é garantir o acesso a todos os estudantes em diferentes espaços, sem dificuldades, com independência e segurança, contribuindo para a participação de todos nas atividades escolares. Acessibilidade física é a remoção de obstáculos de uma área designada para torná-la acessível a todos. A acessibilidade física às escolas está em más condições, sobretudo devido à presença de barreiras arquitetônicas, pois muitos edifícios são antigos, edificados quando ainda não existia o modelo de inclusão. Além disso, não foi considerada a presença de estudantes com deficiência em salas regulares (LOPES; CAPELLINI, 2015).

Diante disso, Mantoan assevera que:

Para que se avance nessa direção, é essencial que os sistemas de ensino busquem conhecer a demanda real de atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais, mediante à criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses

estudantes. Nestes termos a acessibilidade deve ser assegurada nos seguintes aspectos: mediante à eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação. Incluem-se também, as instalações, equipamentos, mobiliários, nos transportes escolares, nas barreiras nas comunicações e informações (MANTOAN, 2006, p. 64).

A diferença entre educação especial e educação inclusiva é na educação especial, nenhum estudante não tem deficiência. Na educação inclusiva, todos os estudantes com e sem deficiência têm a oportunidade de conviver, interagir e aprender juntos. Isto é o que Mantoan (2006) chama de cidadania global. que é decisivo, sem preconceitos, reconhecendo e valorizando as diferenças. A ideia de inclusão vai além de apenas garantir o ingresso do estudante em uma escola. O objetivo é remover barreiras que limitam a aprendizagem e a participação dos estudantes no processo educacional.

Para Lopes e Oliveira (2017), para ter sucesso em uma escola inclusiva, com um processo de ensino e aprendizagem eficaz, é preciso que haja colaboração, motivação e comprometimento de todos, valorizando a importância de todos, sem levar em conta seus limites. Deve-se compreender que a cooperação na aprendizagem fortalece a relação entre professor e estudante, com tal intensidade que garante o sucesso do trabalho educativo e estabelece uma ligação emocional entre eles. Uma vez criado esse liame afetivo, certamente foi dado mais um passo em direção ao aprendizado aumentando a autoestima do estudante sua autonomia e o desenvolvimento de suas funções cognitivas, seu desenvolvimento social e emocional.

A proposta educacional na perspectiva inclusiva não é reforçar os limites do estudante, mas sim colocar a pessoa acima das restrições, admitindo suas competências cognitivas, linguísticas e motoras capazes de inserir o estudante em um contexto de oportunidades de aprender, interrogar, ser, desafiado e a ensinar, porque cada um de nós tem pouco a ensinar e uma imensidão a aprender. Assim, a escola inclusiva é a escola de possibilidades em que todos aprendem igualmente e os programas se adequam às necessidades de aprendizagem e não têm que se adaptar à forma como ensinam através dos seus professores e não se adequam às formas de ensinar (SOUSA, 2017).

5. AS PRÁTICAS DOCENTES E A PROPOSTA CURRICULAR

As dificuldades de aprendizagem na escola manifestam-se continuamente e podem variar desde situações leves e temporárias que se resolvem naturalmente no decorrer do trabalho educativo até situações que requerem maior atenção, necessitando da utilização de recursos especiais para a sua resolução. A superação deste conjunto de desafios exige respostas educacionais adequadas, incluindo a adaptação gradual do currículo. Nestes casos, é necessário fazer ajustes significantes no programa para atender os estudantes e indicar conteúdos curriculares de cunho mais funcional e prático, levando em consideração as características individuais do estudante (PAU-PERNAMBUCO, 2003, p. 50).

As adaptações curriculares constituem, portanto, possibilidades educacionais que permitem responder às dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Não se trata da criação de um novo currículo, mas sim da adaptação do currículo habitual às características dos estudantes com necessidades especiais, tornando-o mais dinâmico, flexível, expansível e verdadeiramente ao serviço do currículo todos os estudantes sem discriminação. Segundo Mantoan:

A escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende como democratização a massificação do ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (2004, p.38).

É claro que a escola está tentando democratizar, mas não está aberta a novos conhecimentos e não está aberta a conversas. Neste contexto, para que as crianças com deficiência possam participar plenamente num ambiente rico em oportunidades educacionais e com resultados favoráveis, alguns aspectos devem ser tidos em consideração, entre os quais: a preparação e dedicação da equipa educativa e dos professores, apoio adequado e recursos especializados, se for o caso adaptações curriculares e acesso ao curso.

Algumas características do currículo facilitam a satisfação das necessidades de educação especial dos estudantes incluindo: Alcançar o mesmo nível de abstração ou conhecimento no tempo previsto que os seus pares. Mesmo que não o façam com a mesma intensidade. Mas é preciso fazer da mesma forma. ou têm a mesma ação e nível de abstração. O objetivo das adaptações curriculares é criar uma relação harmoniosa entre as necessidades especiais dos estudantes e o

planejamento curricular. Conseqüentemente, focam na interação entre as necessidades dos estudantes e as respostas educacionais a serem proporcionadas” (IBIRAPIRANGA, 2003, p. 34).

Não é apropriado que os ajustes curriculares sejam feitos apenas numa base individual ou em decisões que envolvam professores e estudantes. Para melhor conseguir isso, os pontos de vista devem ser tidos em conta a três níveis: no âmbito do projeto educativo (programa escolar), no programa desenvolvido em sala de aula e a nível individual.

O objetivo dessas atividades adaptativas é tornar o currículo mais flexível para que possa atender às necessidades especiais de alguns estudantes quando utilizado em sala de aula. O ajustamento curricular ao nível dos programas de ensino deve centrar-se principalmente na organização escolar e nos serviços de apoio. Devem criar condições estruturais para que possam decorrer ao nível da turma e ao nível individual quando for necessária uma programação específica do estudante.

Toda a equipe escolar deve estar envolvida nas decisões curriculares para que possam ser consideradas. Os defeitos podem ser identificados da perspectiva de todos serem capazes de fornecer suporte adequado a professores e estudantes. Eles devem ser reduzidos ao mínimo. Transferir a responsabilidade do cuidado para profissionais externos à escola ou precisa de recursos fora da escola.

Durante a implementação das medidas adaptativas, o professor deve prioritariamente planejar as atividades em sala de aula, com foco na organização e nos procedimentos didático-pedagógicos, destacando os métodos de implementação, a organização temporal dos componentes e conteúdos curriculares e a coordenação das atividades educacionais para estimular a atividade educativa à participação e integração efetiva da criança bem como a aprendizagem os métodos de adaptação curricular previsto para a turma deverão ser indicados no calendário de aulas do professor.

Conseqüentemente, os ajustes curriculares visam garantir que todos os aspectos do currículo sejam acessíveis aos estudantes.

Nesse sentido, a adequação curricular ora proposta procura subsidiar a prática docente propondo alterações a serem desencadeadas na definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, no transcorrer de todo processo avaliativo, na temporalidade e na organização

do trabalho didático-pedagógico no intuito de favorecer a aprendizagem do estudante (BRASIL, 1999, p. 13).

Conseqüentemente, o papel do professor na avaliação e auxílio aos estudantes é individualizar o currículo. E os professores são responsáveis por determinar o nível de desenvolvimento dos estudantes e identificar fatores que possam interferir no processo de ensino e aprendizagem.

As adaptações ao nível da sala de aula destinam-se a permitir a participação real dos estudantes e uma aprendizagem eficaz no ambiente escolar regular. Consideram, inclusive, reservar tempo para incluir atividades de ajuda especializada fora do horário normal de aula, muitas vezes necessários e essenciais para o estudante.

As modalidades adaptativas neste nível centram-se no papel do professor na avaliação e no cuidado das crianças. Sua principal função é definir o nível de competência curricular do estudante bem como identificar os fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem. As adaptações têm como referência básica o programa regular, adotando modalidades de adaptação progressiva, orientando a organização do trabalho de acordo com as necessidades do estudante (adaptação processual).

É fundamental considerar que as adaptações curriculares, sejam elas destinadas a atender crianças de classes regulares ou de classes especiais, não são exclusivas das escolas regulares e podem ser utilizadas para quem estuda em escolas especiais, quando a inclusão não é possível.

As medidas adaptativas, além de serem classificadas em níveis, podem ser distinguidas em duas categorias: adaptações de acesso ao currículo que correspondem a todas as modificações dos elementos físicos e materiais do ensino bem como recursos pessoais do professor em termos de sua preparação de trabalhos com os estudantes e adaptações de elementos curriculares que enfoquem os métodos de ensino e avaliação, bem como os conteúdos a serem abastecidos, levando em consideração a temporalidade. Isto significa alterar os objetivos o conteúdo os critérios e os procedimentos de avaliação. Atividades e métodos para acomodar as diferenças individuais das crianças.

Alguns estudantes com deficiência constatam que não conseguem atingir os objetivos dos conteúdos e elementos propostos no currículo regular ou atingir os níveis mais básicos de escolaridade. Esta situação decorre de perturbações

orgânicas associadas às perturbações persistentes e muitas vezes degenerativas que prejudicam as funções cognitivas, mentais e sensoriais, conduzindo as deficiências múltiplas graves.

Um currículo modificado ou concebido de forma diferente do currículo regular envolve modificações muito significantes em situações em que os estudantes dificilmente conseguem integrá-lo nos procedimentos e expectativas gerais de ensino. Devido às condições pessoais especificadas.

Para desenvolver e implementar um programa deste tipo é necessário envolver a família para que as crianças sejam acompanhadas num processo cuidadoso e sistemático de avaliação pedagógica e psicoeducacional do estudante bem como a eficácia dos procedimentos pedagógicos aplicados no seu percurso de educação.

METODOLOGIA

A metodologia escolhida e utilizada foi à bibliográfica, sendo realizadas pesquisas em artigos, livros, periódicos, teses e dissertações que tratam do assunto em objeto de estudo, de diversos autores.

A procura de uma condição coerente e confortável para inclusão destes pequenos tão especiais se esbarra em diversos preconceitos que começam nas suas famílias primeiramente e, continua visível nos demais envolvidos, que ainda não se encontram totalmente preparados para assumir as necessidades verdadeiras dos mesmos, que fogem desta realidade a procura de desculpas, sem nexos, para explicar um ser apenas “diferente”, mas que precisa ser cuidado e educado com suas peculiaridades e necessidades diárias, muitas vezes tão lentas que somente um bom observador consegue perceber e dar o devido valor deste pequeno avanço. FREIRE, 1999.

Sendo a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular, deveria, neste caso, ser tratada com maior atenção e disponibilizado recursos destinados a formação de profissionais para o atendimento dos mesmos, levando-se em conta todas as especificidades e modalidades existentes. (BRASIL, 2007).

Segundo BRASIL. 1996, e LDBEN nº 9.394/96, faz-se primordial ao avanço destes estudantes a rede de apoio que devem compor principalmente, família, médicos e escola. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que orienta as escolas, Ela deve ser seguida por toda a educação básica, porém não se trata de algo fixo e imutável. NÓVOA, 1992.

Realizar uma flexibilização nesse currículo de modo a favorecer a aprendizagem do estudante com deficiência também é papel e responsabilidade da escola e de todos os seus educadores. Essa flexibilização inclui fornecer materiais e mobiliários essenciais e adquirir equipamentos específicos, como computadores e softwares.

Vale ressaltar o ponto da pesquisa que se refere a acessibilidade (MONTANO, 2006), reportando a essa mobilidade que todo estudante procura e precisa para dar o seu primeiro passo a tornar-se independente, para circular onde ele queira e precise, pois a acessibilidade é um grande atraso na vida destes indivíduos.

A escola não está sozinha nessa tarefa. Esse deve ser um trabalho conjunto entre a escola regular, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Estado. IBE, 2019.

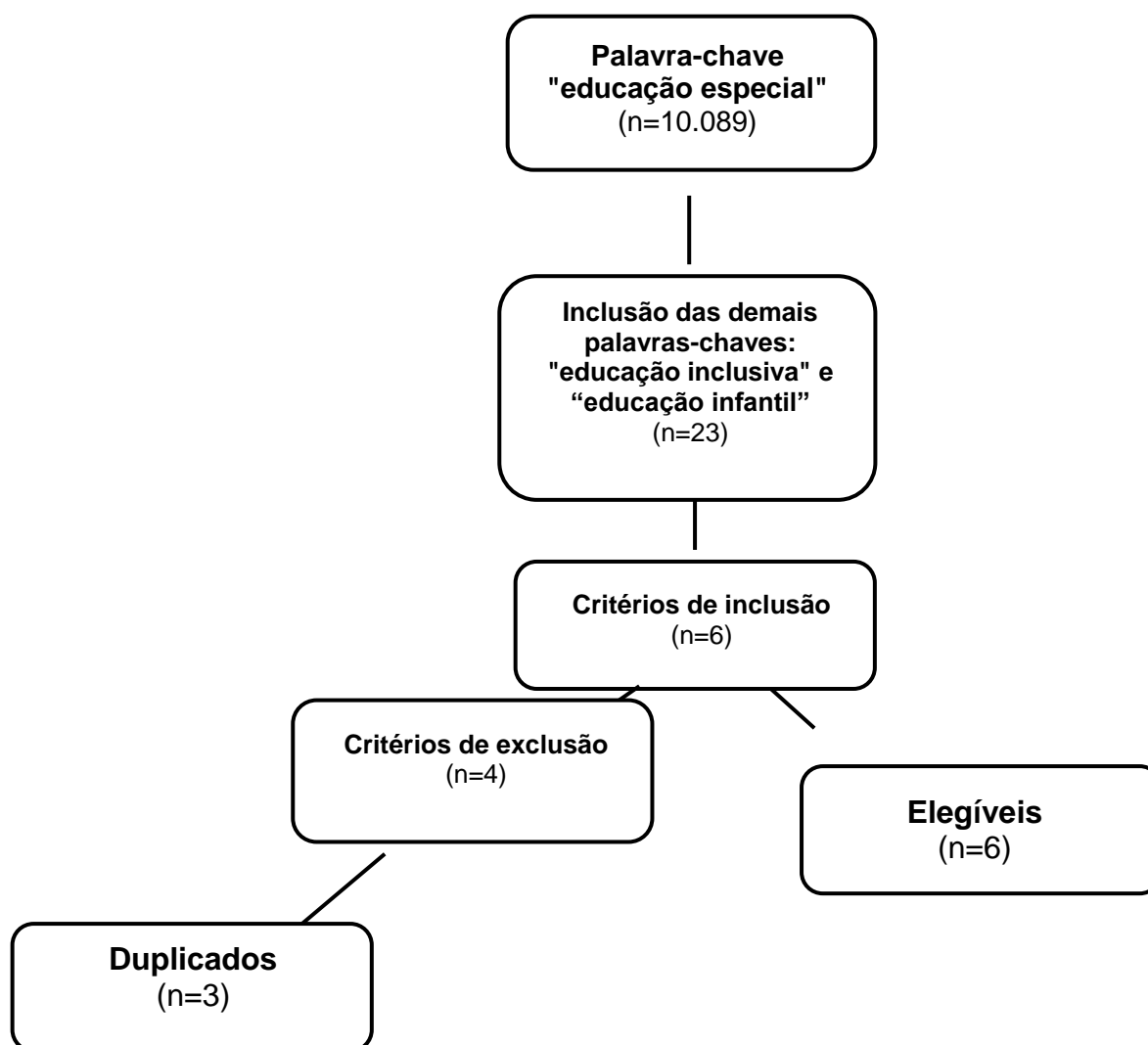
RESULTADOS

A escolha dos títulos utilizados na composição deste trabalho se deu de forma criteriosa, levando-se em conta a importância, a clareza, o desenvolvimento objetivo e significativo, de todas as palavras chaves propostas e pesquisadas.

A partir da aplicação da palavra-chave "educação especial" foram encontrados 10.089 documentos, acrescentando às demais palavras-chaves ("educação infantil" e "educação inclusiva") à busca retornou com 14 artigos e após aplicar os critérios de inclusão e exclusão foram selecionados seis (06) artigos científicos elegíveis para compor esta revisão bibliográfica.

No fluxograma 1 é possível observar o passo a passo da realização da pesquisa teórica e exploratória.

Fluxograma 1 - Método de busca



Fonte: Elaborado pelo autor.

AUTORIA	ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	CONSIDERAÇÃO FINAL
BRASIL	1996	Câmara da educação básica do conselho nacional de educação. LEI nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB	Falta vontade política para que possamos realmente colocar em prática tudo que a Lei nos oferece.
BRASIL	2007	Política de Educação Especial na perspectiva da	Houve avanços, porém é preciso ter um olhar mais criterioso quando se trata da

		Educação Inclusiva	educação especial.
FREIRE	1999	Pedagogia da Autonomia	O texto mostra a necessidade dos professores que devem saber o que precisam fazer no processo de ensino aprendizagem, principalmente quando a ênfase esta em educar para alcançar igualdade, a transformação e a inclusão em todos os indivíduos na sociedade.
IBE	2019	Educação inclusiva na educação infantil: como trabalhar na escola?	A longo prazo a medida, a meu ver será a criação de políticas públicas voltada para o desenvolvimento deste profissional.
NÓVOA	1992	Formação de professores e trabalho pedagógico	Busca-se conscientização dos professores, entendendo que a criança com deficiência é apenas especial, diferente e mais eficiente nas suas necessidades.
MONTOAN	2006	Inclusão Escolar	No que se refere a acessibilidade física é essencial que os sistemas de ensino busquem conhecer a real demanda de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais, e a garantia de acesso a todos os estudantes, nos diferentes espaços, sem dificuldade, com independência e segurança.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É apropriado usar a palavra Educação inclusiva, sendo possível entender como democratização das oportunidades escolares para estudantes com necessidades educacionais especiais não relacionadas à deficiências. Sem dúvida,

discutir o tema da educação inclusiva requer problematizar as condições de formação e atuação docente, com base em recursos, metodologias, estratégias teóricas e conceituais pensadas para possibilitar o acesso a permanência e o desenvolvimento de todos os estudantes promovendo também a compreensão da formação caminhos de educação inclusiva ações para estudantes marginalizados no processo de ensino e aprendizagem, que não são considerados público-alvo da inclusão, pautadas nos estudos hegemônicos que tratam da educação inclusiva na educação especial.

A educação especial exige o comprometimento de todos sem monopólio ou isenção de instituições públicas e privadas. Através de trocas variadas e significativas, a criança ampliará seu potencial para adquirir conhecimentos sistematizados de maior qualidade. A sociedade precisa se transformar em uma sociedade inclusiva. Identificam conflitos, conflitos e promova discórdias. É preciso sonhar, superar obstáculos que possam superar a conformidade e nunca desiste da utopia.

Com base no exposto, fica claro que a educação inclusiva requer conhecimentos especiais nesta área. Nesse sentido, é dever da sociedade e da escola promover as condições necessárias para que as pessoas com necessidades especiais possam desenvolver-se plenamente individualmente. E porque a escola compreende o PNE e o incorpora no seu currículo de forma criativa e estimulante, dando aos estudantes a oportunidade de responder aos estímulos, esta escola torna-se uma escola inclusiva.

7. REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. **Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio**. Nova Escola. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>>. Acesso em: 25 out. 2021.

ARANHA, M. S. F. Programa educação inclusiva: direito a diversidade. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2004.

BRASIL. Câmara da educação básica do conselho nacional de educação. LEI nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB. Parecer nº 15/98.

BRASIL. Câmara dos deputados. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. 2007. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007>. Acesso em: 25 out. 2021.

CORREIA, C, S. O desafio da inclusão no ambiente escolar: um estudo no município de Nova Londrina, PR. Monografia de Especialização. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO. **Educação inclusiva na educação infantil: como trabalhar na escola?** 2019. Disponível em: < <https://institutoibe.com.br/educacao-inclusiva-na-educacao-infantil/>>. Acesso em 25 out. 2023.

INSTITUTO ITARD. O que é Educação Inclusiva? Um Passo a Passo para a Inclusão Escolar. Disponível em: < <https://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva-um-passo-a-passo-para-a-inclusao-escolar/>>. Acesso em 22 out. 2023.

LOPES, E. S.; OLIVEIRA, G. F. Por uma Pedagogia Inclusiva. **Rev. Psic.** V.10, N. 33. Supl. 2. Jan. 2017. Disponível em: < <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/655/922>>. Acesso em: 25 out. 2023.

LOPES, J. F.; CAPELLINI, V. L. M. F. Escola Inclusiva: um estudo sobre a infraestrutura escolar e a interação entre os estudantes com e sem deficiência. *Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES* 91 Vitória, ES. a. 12, v. 19, n. 42, p. 91-105, jul./dez. 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**. Editora Moderna, 2006.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? In: MANTOAN, Maria Teresa Egler. (org.) **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MARITNS, I. A. R. Inclusão de crianças com necessidades Especiais. In: Revista Brasileira de Educação Especial, ano XXV. Nº 235, setembro, 2010.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. **Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva**. Educação e Realidade. 2019, vol.44, n.1, e84853. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2175-62362019000100203&lng=en&nrm=iso/&tlng=pt>. Acesso em 24 out. 2023.

PICCOLI, R. Educação inclusiva do estudante com necessidades especiais: desafios e perspectivas para os gestores. Universidade Federal de Santa Maria. Constantina, 2010.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 1992.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Os princípios da filosofia da educação inclusiva**. Disponível em: < <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/os-principios-da-filosofia-da-educacao-inclusiva/53627>>. Acesso em: 25 out. 2023.

SANCHES, Isabel. Do 'aprender para fazer' ao 'aprender fazendo': as práticas de Educação inclusiva na escola. **Rev. Lusófona de Educação**, nº 19, Lisboa, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-72502011000300009&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 23 out. 2023.

SEKKEL, Marie Claire; MATOS, Larissa Prado. Educação inclusiva: formação de atitudes na educação infantil. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 18, Número 1, Janeiro/Abril de 2014: 87-96. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a09.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2023.

SILVA, L. G. S. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões**. Editora Paulinas, 2016.

SIQUEIRA, G. N. **Educação inclusiva: desafios docentes nas escolas municipais de Formosa- GO**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Formosa, 2015. Disponível em: < http://ifg.edu.br/attachments/article/1658/GISELE%20NUNES%20SIQUEIRA_2015.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

SOUSA, I. V. Letramento literário e tecnologia na escola inclusiva. **Revista de Letras da Universidade do Estado do Pará - UEPA** Jul.-Set. 2017. Disponível em: < <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/ribanceira/article/view/1244/774>>. Acesso em: 26 out. 2023.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente hoje: elementos para um quadro de análise**. Editora Vozes. Petrópolis/RJ 2007.

THEMOTEO, Simone Gonçalves. **Educação especial na educação infantil: dos limites às possibilidades**. Portal Educação. Disponível em: <

<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/educacao-especial-na-educacao-infantil-dos-limites-as-possibilidades/13854>>. Acesso em: 25 out. 2023.

YOSHIDA, Soraia. **Desafios na inclusão dos estudantes com deficiência na escola pública.** Gestão Escolar. Disponível em: <
<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-estudantes-com-deficiencia-na-escola-publica>>. Acesso em: 24 out. 2023.

CORREIA, L.; CABRAL, M. **Práticas tradicionais da colocação do estudante com necessidades educativas especiais.** In: CORREIA, L. (Dir.). Estudantes com necessidades educativas especiais nas classes regulares. Porto: Porto, p. 11-16, 1999.

RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva** (org.), São Paulo. Summus Editorial. 2006.

WILSON, J. **“Doing justice to Inclusion”**; European Journal of Special Needs Education, v. 15, n. 3, p. 297- 304, 2002